UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E LETRAS
CURSO DE PEDAGOGIA

ELISANDRA SOUSA PEREIRA

DESAFIOS SOCIAIS ENFRENTADOS POR ADOLESCENTES GRÁVIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR E FAMILIAR

IMPERATRIZ
2026

ELISANDRA SOUSA PEREIRA

DESAFIOS SOCIAIS ENFRENTADOS POR ADOLESCENTES GRÁVIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR E FAMILIAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Francisco de Assis Carvalho de Almada

IMPERATRIZ
2026

P436d

Pereira, Elisandra Sousa

Desafios sociais enfrentados por adolescentes grávidas no ambiente escolar e familiar. / Elisandra Sousa Pereira. – Imperatriz, MA, 2026.

30 f. ;il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Gravidez na adolescência. 2. Invisibilidade masculina. 3. Dificuldades de diálogos. I. Título.

CDU 37

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Jarina Serra Santos CRB – 13/953**

ELISANDRA SOUSA PEREIRA

DESAFIOS SOCIAIS ENFRENTADOS POR ADOLESCENTES GRÁVIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR E FAMILIAR

Projeto apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como pré-requisito para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Francisco de A. C.de Almada.

APROVADO EM: 10/06/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO DE ALMADA
Data: 18/06/2026 19:44:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Francisco de Assis Carvalho de Almada (Orientador)
Doutor em Educação
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROZA MARIA SOARES DA SILVA
Data: 20/06/2026 08:03:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Roza Maria Soares da Silva (Membro)
Doutora em História
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Documento assinado digitalmente
gov.br
OZIANNE PINHEIRO DE SOUZA
Data: 21/06/2026 12:01:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Oziane Pinheiro de Souza (Membro)
Especialista em Educação
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Dedico este trabalho a Deus, e a minha família, que acreditou em mim, e as amigas que iluminaram os dias mais difíceis durante essa caminhada, eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, cuja luz e orientação me acompanharam em cada passo desta jornada. Sua presença foi fundamental em momentos de dúvida e desafios, proporcionando-me força e coragem.

Expresso minha sincera gratidão à minha família, que sempre esteve ao meu lado. Aos meus pais, por seu amor incondicional e por acreditarem em meu potencial. Seus ensinamentos moldaram meu caráter e minha determinação. Agradeço também aos meus irmãos, que trouxeram alegria e motivação, especialmente em momentos difíceis.

Aos meus amigos, sou grato pelo apoio e pelas palavras de encorajamento, por estarem sempre prontos para ouvir e oferecer suporte. Suas companhias foram essenciais para meu equilíbrio emocional.

“No ventre da juventude, um milagre choca-se com olhares de pedra: A escola que exclui, a família que julga, e o coração que resiste ao exilio do afeto.”

(Anônimo, ecoando vozes silenciadas)

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios sociais enfrentados por adolescentes grávidas no ambiente escolar e familiar, a partir de relatos de mulheres que vivenciaram a gravidez na adolescência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de uma roda de conversa realizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), com a participação de oito mulheres, das quais três contribuíram com relatos orais. Os resultados evidenciam a presença de desafios como a fragilidade de apoio emocional, psicológico e social, reconfigurações nos vínculos familiares, dificuldades de diálogo sobre sexualidade e a vivência de estigmas. Destaca-se a ausência de menção à figura masculina nos relatos, indicando a invisibilização da responsabilidade paterna. No contexto do interior do Maranhão, o casamento aparece como elemento de recomposição moral, associado à superação do chamado *passo errado*. Apesar das adversidades, as participantes demonstram processos de ressignificação, enfatizando a importância do diálogo e da orientação às gerações seguintes. Conclui-se que a gravidez na adolescência demanda políticas públicas intersetoriais que promovam acolhimento, permanência escolar e equidade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez na adolescência. Invisibilidade masculina. Dificuldades de diálogos.

ABSTRACT

This article analyzes the social challenges faced by pregnant adolescents in school and family environments, based on narratives of women who experienced pregnancy during adolescence. It is a qualitative study developed through a conversation circle held at a Psychosocial Care Center (CAPS I), with the participation of eight women, three of whom provided oral accounts. The results highlight challenges such as fragile emotional, psychological, and social support, reconfigurations of family relationships, difficulties in discussing sexuality, and experiences of stigma. The absence of references to male figures in the narratives stands out, indicating the invisibility of paternal responsibility. In the context of the countryside of Maranhão, marriage emerges as a form of moral recomposition, associated with overcoming what is socially perceived as a *wrong step*. Despite these adversities, the participants demonstrate processes of re-signification, emphasizing the importance of dialogue and guidance for future generations. It is concluded that adolescent pregnancy requires intersectoral public policies that promote support, school retention, and gender equity.

KEYWORDS: adolescent pregnancy; male invisibility; difficulties in dialogue.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E SOCIAIS 14
3 A ESCOLA E FAMÍLIA DIANTE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA 17
4 METODOLOGIA 18
5 DESAFIO ENFRENTADOS POR ADLESCENTES GRÁVIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR E FAMILIAR 21
6 CONCLUSÃO 26
REFERÊNCIAS 29

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar este texto, preciso informar que utilizarei os modos verbais na primeira pessoa do singular como forma de me inserir no contexto deste trabalho. Ao mesmo tempo em que informo minha relação com este tema, também narro minha vivência dentro dele e com ele. Parafraseando Silva (2025), entendo que esta escolha pode parecer muito pessoal e até prepotente em um contexto que frequentemente demanda objetividade e distanciamento, pincipalmente na graduação, porém, acredito que ao me permitir uma narrativa mais íntima, pessoal, posso transmitir com maior fidelidade os desafios, conquistas e reflexões que moldaram a trajetória da minha pesquisa ao encontro com o objeto pesquisado, também com a finalidade de problematizar a situação que introduz este estudo[1].

A adolescência é uma fase onde ocorrem transformações físicas e psíquicas na vida de todo sujeito humano. Ficar grávida nesse período é potencialmente um fator gerador de grandes mudanças e conflitos (Silva; Abrão, 2020) acarretando, com isso, todas as formas de desafios sociais se a menina não tiver o apoio da família[2] e da escola.

Embora a adolescência seja uma fase do ciclo vital é, também, uma fase histórica que é vivida de formas diferentes em cada cultura. Atualmente, depara-se com um contexto no qual o meio social e a mídia representam o jovem como alguém potente, bonito, feliz e pronto para gozar o mundo que lhe pertence (Avila (2011). No entanto, na maioria das cidades do interior do Nordeste, as condições de vida e educação não permitem para todos e todas a vivência de uma adolescência biopsicológica adequada nesta fase da vida.

Muitas vezes os jovens desconhecem as próprias reações do seu corpo, vivendo uma sexualidade desvinculada da sensualidade. Embora estas duas

---

[1] Antes de gerar qualquer polêmica, ou desconforto, informo que pedi autorização de meu orientador, Prof. Dr. Francisco de Assis Carvalho de Almada que, prontamente, atendeu ao meu pedido.

[2] Quando falamos de família, temos que entender que no caso são duas famílias no caso de o pai ser, também, adolescente, sua família tem a mesma responsabilidade da família da menina/adolescente. Caso o pai seja adulto **ele tem deveres claros e legalmente exigíveis** em relação à criança gerada, como: (1) sustento financeiro (pensão alimentícia); (2) reconhecimento formal da paternidade; (3) participação no cuidado e educação; (4) respeito ao princípio constitucional de proteção integral. Essas responsabilidades não dependem de casamento, convivência ou da idade da mãe - são direitos da criança garantidos pela legislação brasileira (Brasil, 1990).

categorias não sejam excludentes, mas complementares, a sensualidade vem primeiro, como base sensorial e afetiva do psiquismo. A sexualidade se constrói depois, como elaboração simbólica, relacional e cultural. O sofrimento surge não da ordem dessas categorias em si, mas da ruptura ou distorção da integração entre as duas (Bock; Furtado; Teixeira, 2021).

Com base na teoria Histórico-Cultural, entendo que o maior desafio não é a gravidez em si, mas a ruptura do processo de apropriação consciente do próprio corpo, do desejo e da maternidade/paternidade. O desafio central desse processo, é assumir uma função adulta (ser mãe/pai) sem ter vivido, elaborado e integrado a sensualidade e a sexualidade como experiências conscientes e mediadas socialmente.

A gravidez na adolescência tem sido historicamente abordada por perspectivas puramente biológicas ou moralizantes, que tendem a responsabilizar a adolescente, individualmente, pelo ocorrido, desconsiderando os processos sociais, culturais e educativos que constituem o desenvolvimento humano. Essa compreensão mostra-se alienada, pois ignora que o sujeito se forma nas e pelas relações sociais, mediado pela cultura, pela linguagem e, principalmente, pelas práticas educativas (Leontiev, 2004; Duarte, 1999).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento psíquico não é resultado espontâneo da maturação biológica, mas um processo histórico e socialmente mediado (Vigotski[3], 2001). Assim, categorias como corpo, desejo, afetividade e sexualidade não podem ser compreendidas, apenas, como dados naturais, mas como construções simbólicas que se organizam ao longo da vida a partir das experiências sociais concretas.

Quando a gravidez ocorre sem que a adolescente tenha vivenciado e elaborado, de forma consciente, a sensualidade e a sexualidade, instaura-se um dos maiores desafios do ponto de vista histórico-cultural, que é assumir precocemente a maternidade, que é uma função social adulta, sem a necessária consolidação das bases simbólicas necessárias para significá-la subjetivamente. Nesses casos, a gravidez tende a ser vivida como um acontecimento que “se impôs” ao corpo, e não como resultado de uma escolha consciente, o que fragiliza a relação da adolescente consigo mesma, com o bebê e com o próprio papel materno.

[3] Registramos diferentes maneiras de escrever o nome do pensador russo Lev Semenovich Vigotski. Neste trabalho, a forma usual será Vigotski. Exceto nas referências bibliográficas por respeito à grafia do texto original (Almada, 2015).

E quando a escola e a família, que são os principais alicerces para à adolescente, não se constituem como instâncias de apoio e mediação diante da gravidez, as consequências para a menina incidem de forma profunda sobre seu desenvolvimento psíquico, educativo e social. Para Almada (2015) a ausência de acolhimento, diálogo e orientação fragiliza a construção da consciência de si e do próprio corpo, uma vez que, conforme o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da mediação social e da internalização de significados culturalmente produzidos. Nesse sentido, inferimos que a gravidez neste contexto, tende a ser vivenciada como culpa, erro ou imposição, e não como experiência passível de elaboração simbólica.

Essa situação favorece o surgimento de sofrimento psíquico silencioso, marcado por sentimentos de solidão, vergonha e insegurança, além de comprometer a permanência e o desempenho escolar, interrompendo processos fundamentais de apropriação dos conhecimentos sistematizados e de construção do projeto de futuro.

Além disso, a menina passa a assumir precocemente papéis sociais adultos, como a maternidade, de forma solitária e sem sentido pessoal, o que pode gerar alienação do papel, na medida em que, segundo Leontiev (2004), a consciência se forma na atividade humana dotada de sentido, e não na simples ocupação de funções sociais impostas. Soma-se a isso o fato de que a gravidez na adolescência pode representar uma ruptura no processo de desenvolvimento típico desse período da vida, antecipando exigências próprias da vida adulta antes da consolidação das tarefas psíquicas da adolescência, conforme analisa Lazaretti (2011). Isso reforça as desigualdades de gênero e classe e evidenciando que o sofrimento vivenciado não decorre de falha individual, mas da ausência de mediações sociais e educativas necessárias à formação humana.

Considerando esse contexto, este trabalho tem como objeto de estudo os desafios sociais enfrentados por adolescentes grávidas no ambiente escolar e familiar.

Entendemos que estes desafios, como já falamos acima afetam diretamente sua permanência nos estudos e sua integração social. No âmbito escolar, essas jovens muitas vezes enfrentam preconceito, estigmatização decorrentes da falta de políticas públicas de apoio adequadas, o que pode resultar em evasão escolar e comprometimento do futuro profissional.

Já no contexto familiar, surgem conflitos relacionados à aceitação da gravidez, por parte dos pais, dificuldades financeiras e, em alguns casos, ausência de apoio do

parceiro e/ou de seus pais. Tudo isso, acarreta uma sobrecarga emocional prejudicial tanto para a mãe quanto para a criança.

Assim, a delimitação do tema concentra-se na análise das dificuldades sociais vivenciadas por adolescentes grávidas dentro da escola e da família, abrangendo questões de preconceito, exclusão, apoio afetivo, estrutura de acolhimento e impacto na continuidade dos estudos e no desenvolvimento pessoal.

Diante desse assunto tão importante, trago minha história de vida, quando engravidei aos 17 anos onde enfrentei discriminação por parte da família e a falta de apoio emocional e psicológica, tive que parar de estudar, meu pai não me aceitou em casa, tive que me deslocar para outra cidade, tendo que morar em um ambiente onde nunca tinha tido contato com as pessoas nas quais viviam nesse ambiente, tive que morar em São Paulo, capital, com tia materna. Essa foi a alternativa mais viável encontrada por meus pais para esconder minha gravidez que era, segundo eles, uma desmoralização para a família. Passei um período de sete meses em São Paulo, mas não consegui me adaptar com a cultura, muito diferente da minha, tive que retornar para minha cidade natal de Amarante do Maranhão.

Ao retornar para a casa dos meus pais, tive que passar o 3º trimestre da gravidez sem o apoio familiar por completo, porque fui passar um tempo no Sertão[4]. Minha mãe me ajudava como podia e da forma que achava correto. Quando tive minha filha e após 5 meses do seu nascimento, tive que deixá-la com minha mãe, para assim poder concluir o Ensino Médio.

A importância desse tema não se restringe apenas ao debate sobre a gravidez na adolescência em si, mas principalmente aos impactos sociais, educacionais e psíquicos que ela gera. Ele é especialmente relevante para educadores, gestores escolares, famílias, profissionais da saúde e formuladores de políticas públicas, pois

[4] O sertão é um espaço geográfico e cultural complexo, definido pela aridez, pela história de luta contra a seca e pela forte identidade de seu povo, sendo um dos corações da identidade brasileira. O conceito de Sertão no Maranhão difere em nuances do sertão semiárido clássico do Nordeste brasileiro. No contexto maranhense, trata-se de uma sub-região situada principalmente na área centro-sul do estado, marcada pela transição entre o Cerrado, a Floresta Amazônica e a Caatinga, formando um cenário de "matas de cocais" e áreas de Chapada. No município de Amarante do Maranhão é sinônimo de interior pouco povoado. No trabalho de Regina Célia Costa Lima, o *Sertão Maranhense* aparece como espaço histórico e cultural de circulação social, literária e intelectual que ultrapassa uma simples delimitação geográfica, sendo configurado por trajetórias de vida, práticas sociais e formas de atuação de sujeitos que nele viviam - como a professora e escritora Carlota Carvalho - e que contribuíram para a construção de sentidos sobre esse território ao longo do século XIX e início do XX. Esta região, assim concebida, incorpora elementos materiais, simbólicos e narrativos que foram registrados e resignificados em fontes jornalísticas e literárias da época, articulando relações sociais, identidades e representações da vida no interior do Maranhão (Lima, 2021).

traz contribuições diretas para a compreensão e enfrentamento das desigualdades que afetam esse período de vida da menina.

Para a escola, o tema contribuirá ao apontar a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e estratégias que assegurem a permanência das adolescentes grávidas nos estudos. Para a família, reforça a importância do acolhimento e do suporte emocional como fatores que podem reduzir os riscos de evasão escolar e isolamento social. Já para a sociedade e as políticas públicas, esse debate evidencia a urgência de programas que garantam não apenas assistência médica, mas também oportunidades educacionais e profissionais que rompam o ciclo de vulnerabilidade social.

Considerando este contexto o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto familiar, investigando como a gravidez na adolescência afeta a dinâmica familiar, incluindo as relações com os pais, irmãos e outros membros da família.

2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E SOCIAIS

Na sociedade patriarcal, machista, a gravidez na adolescência revela um tratamento profundamente desigual entre a menina que engravida e o adolescente pai da criança. Enquanto a garota é exposta ao julgamento moral, responsabilizada pela gestação e frequentemente afastada da escola e de seus projetos de vida, o pai, principalmente quando também é adolescente, tende a permanecer invisível ou pouco responsabilizado, tendo sua paternidade socialmente relativizada e é até aplaudido junto aos outros homens.

Essa assimetria expressa o controle do corpo feminino, a naturalização e exaltação da sexualidade masculina e a lógica da maternidade compulsória à mãe em contraposição à paternidade facultativa, produzindo sofrimento psíquico para a garota e reforçando desigualdades de gênero.

Para autores como Vigotski (2001) Leontiev (2004) e Duarte (1999), tais práticas evidenciam que os sentidos atribuídos à maternidade e à paternidade são historicamente construídos e mediados socialmente, não decorrendo de falhas individuais, mas de relações sociais que produzem e reproduzem desigualdades no processo de formação humana.

No âmbito da discussão teórica, a gravidez na adolescência decorrente de relação com um adulto evidencia a assimetria de poder que estrutura as relações de

gênero na sociedade e exige ser compreendida para além de explicações individualizantes.

Do ponto de vista jurídico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabelece, em seu art. 5º, que nenhuma criança ou adolescente deve ser submetida a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração ou violência, responsabilizando-se legalmente qualquer atentado, por ação ou omissão, a seus direitos fundamentais.

Este dispositivo legal permite compreender a gravidez resultante de relações assimétricas, e em determinados casos violentas, como expressão de violação de direitos, e não como falha moral da adolescente. Contudo, no plano social e educacional, observa-se a recorrente culpabilização da menina e a privatização da violência, deslocando-se a atenção do adulto responsável para a vítima (Silva; Abrão, 2020).

Para Almada (2015) a significação das experiências humanas, e a gravidez na adolescência é uma experiência humana, se constrói nas relações sociais historicamente mediadas. Assim, quando escola e família não reconhecem a gravidez como resultado de relações desiguais de poder, contribuem para o silenciamento da violência e para a exclusão educacional da adolescente, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a proteção integral e a garantia do direito à educação.

A gravidez na adolescência vem sendo considerada, um problema de saúde pública. É comum e na maioria das vezes evitável e associado a sequelas negativas para as adolescentes que se tornam grávidas e para seus filhos. Pode acarretar complicações obstétricas, com repercussões para a mãe e o recém-nascido, bem como problemas psicossociais e econômicos (Langille, 2007).

Além de se considerarem os fatores físicos na gravidez adolescente, é de fundamental importância levar também em conta os fatores psicológicos, sendo uma transição que integra o desenvolvimento humano, mas revela complicações ao ocorrer na adolescência.

Nessa faixa etária, a gravidez envolve a necessidade de reestruturação e reajustamento em várias dimensões e uma delas é a evasão escolar onde, antes de abandonar ou retardar os estudos as adolescentes passam por um processo de julgamentos e apontamentos nesse ambiente.

Uma ameaça ao futuro dos jovens, considerando os riscos físicos, emocionais e sociais dela decorrentes. É um problema social e de saúde pública, revelando a prática de uma sexualidade não segura, com riscos de contrair doenças sexualmente transmissíveis.

A adolescente grávida vive este momento de dúvidas, anseios e contestações, somado à aquisição de uma nova identidade para a qual pode não estar preparada, e, sobretudo a cobrança social que esse novo papel acarretará.

Sendo assim, muitas vezes esta decisão é solitária e clandestina, sob a pressão dos parceiros ou familiares. O sentimento de abandono não significa necessariamente que sejam deixadas sozinhas, mas sim porque os parceiros e familiares são os primeiros a propor o aborto, sem maiores preocupações ou indagações. Por ser proibido no Brasil, o aborto leva a pressões psicológicas e sociais muito grandes, sendo carregado de medo, culpa, censura, vergonha. Estas adolescentes ainda enfrentam o desprezo, a humilhação e o julgamento dos profissionais da saúde.

> A reincidência de gravidez na adolescência é aparentemente muito frequente no mundo e na ausência de acompanhamento pós-parto, ocorre em torno de 30% no primeiro ano e até 50% no segundo ano. Mesmo em serviços especializados para adolescentes, com acompanhamento rigoroso e acesso facilitado aos métodos contraceptivos, as taxas de reincidência ocorrem por volta de 10% a 15% no primeiro ano após o parto (Bruno *et al*., 2009, p. 482).

Assim, diante de todos os riscos para a gravidez e durante a mesma, é fundamental priorizar a assistência médica à gestante adolescente no que se refere à saúde básica, mas também deve ser enfatizado o acompanhamento particular em quatro áreas essenciais: assistência ginecológica, exames pré-natais, assistência obstetrícia e exames pós-parto.

A gravidez na adolescência é um fenômeno social que traz diversas implicações para a vida educacional e familiar dos jovens. Os desafios enfrentados por adolescentes grávidas incluem: Interrupção dos Estudos, muitas adolescentes abandonam a escola devido à gravidez, o que limita suas oportunidades futuras e perpetua ciclos de pobreza (Malavasi, 2018).

Estigmatização: A gravidez na adolescência é frequentemente acompanhada por estigmas sociais e preconceitos, que podem levar ao isolamento e à discriminação dentro do ambiente escolar (Silva, 2020).

Relações de Gênero: O machismo presente na sociedade muitas vezes responsabiliza exclusivamente as mulheres pela gravidez, desconsiderando a participação masculina. Isso reforça desigualdades de gênero (Costa, 2019).

Suporte Familiar: O apoio da família é crucial. Em muitos casos, adolescentes grávidas enfrentam a falta de suporte emocional e financeiro, o que pode afetar sua saúde mental e seu desempenho escolar (Pereira, 2021).

Políticas Públicas: A falta de políticas educacionais adequadas que atendam às necessidades de adolescentes grávidas contribui para a exclusão escolar. Programas de apoio e educação sexual são essenciais para prevenir a gravidez na adolescência (Brasil, 2020).

3 A ESCOLA E A FAMÍLIA DIANTE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A escola exerce função essencial na garantia do direito à educação das adolescentes grávidas, assegurando sua permanência e inclusão no ambiente escolar. Cabe à instituição combater o estigma, promover acolhimento e oferecer flexibilidade pedagógica, contribuindo para a continuidade do projeto de vida dessas estudantes.

A família desempenha papel fundamental ao oferecer suporte emocional e evitar julgamentos, especialmente diante do impacto inicial da gravidez. O acolhimento familiar fortalece a segurança emocional da adolescente e contribui para que ela não abandone seus projetos de vida, como os estudos e a inserção futura no mundo do trabalho. Considerando que a gestação pode gerar inseguranças e mudanças físicas e hormonais, o apoio afetivo torna-se indispensável.

A ausência de apoio educativo e afetivo pode comprometer a participação escolar da adolescente grávida, dificultando sua permanência na escola e agravando situações de exclusão e vulnerabilidade.

A gravidez na adolescência pode reduzir as oportunidades de inserção no trabalho formal, diminuindo as chances em cerca de 12%. Em contrapartida, observa-se um aumento entre 9% e 11% na probabilidade de ingresso no mercado de trabalho informal.

Além disso, essas adolescentes enfrentam dificuldades financeiras, necessidade de adquirir novos conhecimentos e de se adaptar a uma nova rotina. Somam-se a isso os sentimentos e inseguranças relacionados à gestação e ao futuro, bem como a falta de apoio familiar e social.

4 METODOLOGIA

Considerando o objeto de estudo e o problema aqui levantado, optei pela abordagem qualitativa que, por sua própria característica, possibilitará a conjugação de diversos instrumentos na coleta de dados e maior envolvimento dos pesquisadores com o ambiente da pesquisa (Lüdke e André, 1986). A categoria principal – gravidez na adolescência – foi analisada com base na concepção de humanização defendida pela teoria Histórico-Cultural e com base em autores como Almada (2015), Leontiev (2004) e Duarte (1999), considerando as principais funções da educação que promovem as mudanças mais importantes nos processos psíquicos do desenvolvimento humano.

Para Barbour (2009, p. 12), as pesquisas com abordagem qualitativa buscam de forma comum “[...] esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta”, suas invenções, implicações e insurgências. Desse modo, a pesquisa qualitativa considera o contexto social, as experiências, os documentos, as falas de forma conjunta como um grande artefato social que contribuem para a construção do conhecimento.

Minayo (1994, p. 21-22) defende que este tipo de abordagem busca analisar o “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, infiltrando em espaços mais profundos das relações e dos fenômenos que não seriam passíveis de análise através de processos e técnicas quantificáveis. No mesmo sentido, esse tipo de pesquisa agrupa variadas técnicas de interpretação com intuito de descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. “Logo, tem finalidade de interpretar as diversas nuances e significados dos fenômenos presentes no mundo social” (Silva, 2025, p. 67).

Como técnica de coleta de dados, adotei a técnica do Grupo Focal. A opção por essa técnica deu-se, especialmente pelas oportunidades de trocas de opiniões e pela flexibilidade que ela nos proporciona desde os processos de coleta de dados, até a apresentação sistematizada dessas informações, conforme define Gatti (2005) e Silva (2025).

Para Silva (2025), o grupo focal privilegia as discussões coletivas e a colaboração na construção do conhecimento, pois através dele, é possível discutir temas de grande relevância a partir da experiência de vida dos participantes e tornar

essas discussões alvo de teorizações e de conhecimentos sistematizados. Para Gatti (2005, p. 9) “[...] o grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação, permitindo a captação de significados que, com outros meios poderiam ser difíceis de se manifestar”. Nessa compreensão, todas as ideias e opiniões emergidas do grupo serão importantes e interessam para a reflexividade e para as interpretações posteriores.

O grupo focal, segundo Silva (2025), não visa a realização de questionamentos dirigidos às pessoas, mas o direcionamento e mediação das ações e discussões. Pois trata-se de uma discussão em grupo, contanto que o pesquisador/mediador/facilitador seja um encorajador das discussões e realize, por meio de mediações, as interações do grupo sem se colocar como protagonista ou direcionador das falas dos sujeitos participantes.

Apoiado nos estudos de Gatti (2005) Silva (2025) após analisar as concepções em torno da técnica do grupo focal e suas usabilidades, elenca alguns aspectos importantes que se destacam nos processos e interações que ocorrem nos grupos (Figura 1). As citadas autoras afirmam que a pesquisa com grupo focal possibilita a obtenção de opiniões diferentes sobre um mesmo tópico e permite aos pesquisadores a compreensão mais aprofundada de ideias compartilhadas de pessoas diferentes influenciadas pelos seus contextos, experiências e vivências.

Figura 1 - Aspectos importantes observados nos interiores dos grupos focais.



Fonte: Silva (2025) a partir de Gatti (2005, p. 10-11).

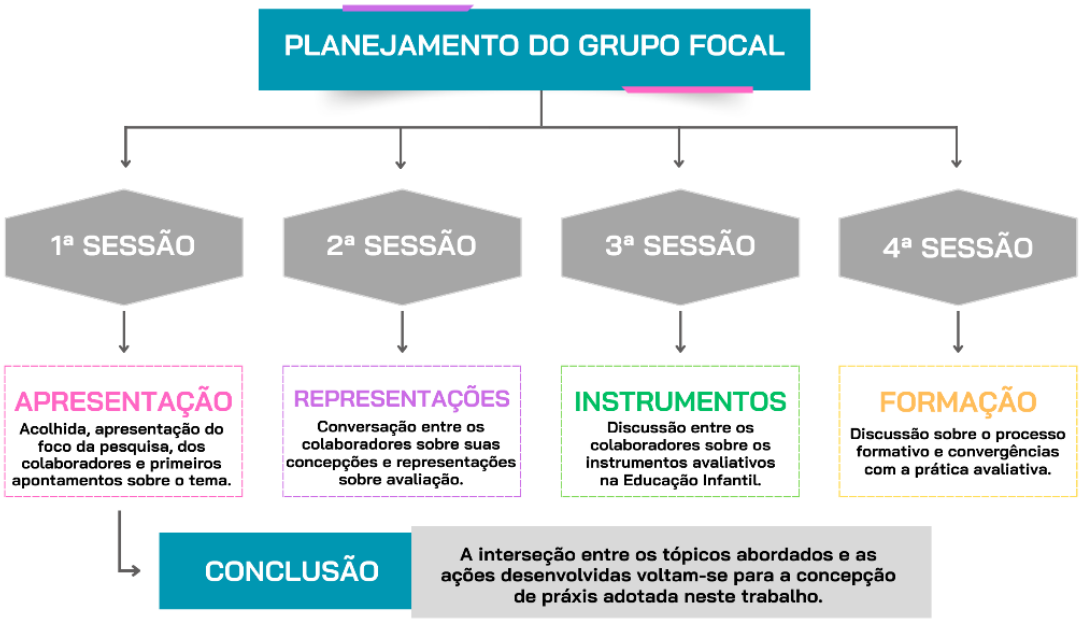
Esclarecida a técnica de coletas, o universo da pesquisa de campo será delimitado a um grupo de mulheres que tiveram filhos na adolescência, para que possa ouvir os seus relatos e conhecer suas experiências, a mesma ocorrera em uma praça pública da cidade de Amarante do Maranhão ou local previamente definido, preferencialmente em um local público, como uma escola, por exemplo.

O critério único para escolha dessas mulheres é que elas tenham engravidado na adolescência. Serão selecionadas entre duas a quatro mulheres.

O convite a essas mulheres de dará de forma espontânea e individual. No local previamente definido, será ministrada uma palestra do tipo informação, versando sobre o tema desta pesquisa e será ministrada por mim, podendo levar uma/um convidada/o com conhecimentos sobre o assunto.

Silva (2025) recomenta que durante o encontro podem ser destacadas várias reflexões sobre o tema e suas implicações. Do mesmo modo, sugere que na organização e sistematização do grupo focal seja feito o uso de quatro sessões (Figura 2), ressaltando que as sessões devem ser planejadas previamente de modo a não interferir no cotidiano de vida das participantes.

Figura 2 – Sistematização das temáticas discutidas no Grupo focal.



Fonte: Silva (2025).

Essa organização serviu para me orientar e direcionar as discussões, sem, no entanto, servir de engessamento das falas, conforme recomenta Silva (2025), Gatti (2005). Nesse sentido, com base em Almada (2015), estarei atenta sobre a possibilidades torná-lo aberto às interações que surgirem, bem como a inclusões de temas e discussões que foram surgindo durante o exercício da pesquisa.

Pela natureza livre das falas, a análise dos depoimentos deu-se por meio de um procedimento sugerido por Bardin (1977), *denominado analise de conteúdo*. De posse dos instrumentais da análise de conteúdo, primeiramente, fiz a codificação de cada um dos depoimentos isoladamente, tomando como unidade de registro os temas e subtemas que emergiram na fala de cada uma das participantes.

A segunda etapa da análise deu-se através do confronto dos diferentes depoimentos já inicialmente codificados, buscando-se uma categorização temática comum ao conjunto dos depoimentos colhidos no grupo focal. No processo de análise final das entrevistas foi essencial o confronto entre a visão das mulheres e as constatações feitas por mim durante o processo de escuta e a análise final com base nos autores aqui tomados como referências.

Todos os participantes tiveram a garantia de que seus nomes não fossem revelados e muito menos expostos a situações que poderiam causar constrangimento. Para tanto, firmamos um Termo de Livre Consentimento para todos os participantes.

5 DESAFIOS ENFRENTADOS POR ADOLESCENTES GRÁVIDAS NO AMBIENTE ESCOLAR E FAMILIAR

No dia 17 de março de 2026, foi realizada uma roda de conversa no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), com a participação de oito mulheres. Na ocasião, foram desenvolvidos diálogos sobre o tema “gravidez na adolescência e seus desafios”.

A palavra foi franqueada a todas as participantes; no entanto, apenas três se manifestaram oralmente. Para preservar suas identidades, elas foram identificadas pela letra “P”, seguida de numerais arábicos de 1 a 3, conforme a sequência de suas falas.

A participante identificada como P1 relatou que engravidou aos 16 anos e, quando estava com seis meses de gestação, sofreu um aborto espontâneo. Informou que, apesar da situação, não se afastou do ambiente escolar, dando continuidade aos

seus estudos. Destacou que esse foi um período difícil, marcado pela ausência de apoio emocional, psicológico e social; ainda assim, conseguiu superar essa fase.

Atualmente, é casada e mãe de dois filhos. Afirma dialogar com eles sobre a importância da prevenção e dos cuidados, buscando evitar que vivenciem situações semelhantes à que enfrentou.

O depoimento de P1 evidencia, em primeiro lugar, a ausência de redes de apoio no enfrentamento da gravidez na adolescência, especialmente no que se refere ao suporte emocional, psicológico e social. Essa lacuna revela fragilidades tanto no âmbito familiar quanto institucional.

Ao mesmo tempo, chama atenção o fato de a participante não ter se afastado da escola, o que indica uma experiência que contraria uma tendência recorrente de evasão escolar associada à gravidez na adolescência. Nesse sentido, sua trajetória pode ser compreendida como um movimento de resistência e permanência, ainda que marcado por dificuldades.

Outro aspecto relevante é a ressignificação da experiência vivida. Ao afirmar que orienta seus filhos sobre prevenção, ela (P1) demonstra que a vivência passada se converteu em aprendizado intergeracional, indicando um processo de elaboração da própria trajetória.

Por fim, o relato também pode ser interpretado à luz das contradições sociais que atravessam a gravidez na adolescência. Ou seja, embora haja ausência de apoio institucional, a responsabilidade pela superação recai quase exclusivamente sobre a própria adolescente, evidenciando uma lógica de individualização do problema, em detrimento de uma abordagem social e coletiva.

A participante identificada como P2, ao relatar sua experiência durante a gravidez na adolescência, informou que engravidou aos 17 anos e que vivenciou um período complexo, envolvendo dimensões emocionais, psicológicas e sociais.

Destacou que precisou se afastar do convívio com seus pais, passando a residir com sua irmã em outra cidade, onde ocorreu sua gestação. No momento do parto, foi levada ao hospital com o apoio da irmã, sendo esse um período muito difícil, marcado por complicações durante o nascimento do filho, hoje com 17 anos.

Contudo, ela afirma que o desfecho foi positivo porque sua experiência da maternidade na adolescência contribuiu para uma mudança significativa em sua forma de compreender o mundo. Hoje, é casada e mãe de três filhos: um rapaz de 17 anos e duas meninas, uma com 12 anos e outra com 14.

O relato de P2 evidencia, de forma bastante significativa, a reconfiguração das relações familiares decorrente da gravidez na adolescência, especialmente ao destacar o afastamento do núcleo parental e a necessidade de apoio em outro contexto familiar. Esse deslocamento pode ser interpretado como um indicativo de fragilidade e ruptura no suporte familiar inicial, ao mesmo tempo em que revela a importância das redes de apoio ampliadas.

Outro elemento relevante diz respeito às condições de vulnerabilidade no momento do parto, marcado por complicações, o que sugere possíveis limitações no acesso a serviços de saúde adequados ou acompanhamento pré-natal qualificado. Aspectos estes, recorrentes em contextos de desigualdade social, como é o caso no interior do estado do Maranhão.

Assim como no relato anterior, de P1, observa-se um movimento de ressignificação da experiência, em que a maternidade precoce passa a ser interpretada como um marco de transformação pessoal e amadurecimento. No entanto, é importante problematizar essa leitura, evitando romantizar a experiência, uma vez que ela está inserida em um contexto de desafios estruturais e ausência de suporte adequado.

Além disso, o relato evidencia um processo de transmissão de saberes e orientações intergeracionais, no qual a experiência vivida se converte em instrumento de aconselhamento para os filhos e outras pessoas. Esse aspecto reforça a dimensão social da experiência, ultrapassando o âmbito individual.

Por fim, a narrativa revela uma contradição importante: embora a participante reconheça ganhos subjetivos como o amadurecimento e a mudança de perspectiva, esses ganhos emergem a partir de um contexto marcado por dificuldades, deslocamentos e riscos, o que reforça a necessidade de políticas públicas que garantam suporte efetivo às adolescentes grávidas.

A participante identificada como P3 relatou que engravidou aos 14 anos. Informou que, durante parte da gestação, permaneceu sob os cuidados de sua avó e, ao se aproximar o período do parto, passou a residir com sua mãe.

Destacou que se sentia envergonhada em dialogar com a mãe sobre o que estava vivenciando, em razão de bloqueios relacionados ao tema. Nesse contexto, afirmou que recebeu orientações inadequadas de algumas amigas, o que contribuiu para sua desinformação naquele período.

Atualmente, enfatiza a importância do diálogo e da orientação com suas filhas, especialmente no que se refere à prevenção. Ao final de sua fala, buscou conscientizar as demais participantes presentes sobre a relevância da comunicação familiar acerca da gravidez na adolescência.

O relato de P3 evidencia, de forma marcante, a presença de barreiras comunicacionais no ambiente familiar, especialmente na relação entre mãe e filha. O sentimento de vergonha e os bloqueios mencionados indicam a existência de tabus em torno da sexualidade, que dificultam o acesso a informações seguras e ao apoio emocional necessário.

Nesse contexto, a participante recorreu às amigas como fonte de orientação, o que revela a centralidade dos pares na construção de saberes durante a adolescência. No entanto, como destacado no relato, essas orientações foram inadequadas, evidenciando um processo de circulação de informações fragilizadas ou incorretas, o que pode contribuir para situações de risco.

Outro aspecto relevante é a trajetória de deslocamento entre membros da família (avó e mãe), o que pode indicar uma instabilidade no suporte familiar durante a gestação, semelhante ao observado em outros relatos, ainda que com configurações distintas. Essa instabilidade pode ser advinda de carências financeiras ou mesmo de dificuldade de convivência na casa dos pais.

Assim como nas falas anteriores, observa-se um movimento de ressignificação da experiência, no qual a vivência da gravidez na adolescência passa a fundamentar práticas atuais de orientação e diálogo com as filhas. No entanto, o relato de P3 enfatiza explicitamente a importância do diálogo como prática preventiva, ampliando a discussão para uma dimensão coletiva ao conscientizar outras mães.

Por fim, o depoimento reforça uma contradição central. Embora a família seja reconhecida como espaço fundamental de orientação, ela também pode se constituir como um espaço de silêncio e ausência de diálogo, o que evidencia a necessidade de ações educativas que promovam a comunicação aberta sobre sexualidade e prevenção.

A ausência de menções à figura masculina nos relatos - seja do pai da criança, seja do pai da adolescente - revela uma dimensão estrutural importante das experiências narradas. Esse silêncio aponta para a invisibilização e/ou afastamento dos homens no contexto da gravidez na adolescência, reforçando uma lógica social

em que a responsabilidade pela gestação, pelo cuidado e pelas consequências recai quase exclusivamente sobre as jovens.

Este cenário evidencia a persistência de assimetrias de gênero, nas quais a maternidade precoce é socialmente atribuída e gerida como um problema feminino, enquanto a participação masculina tende a ser secundarizada ou omitida. Além disso, a ausência dessa referência nos discursos pode indicar tanto experiências concretas de abandono ou distanciamento quanto um processo de naturalização dessa ausência, o que a torna pouco questionada pelas próprias participantes.

Do ponto de vista analítico, essa lacuna reforça a necessidade de problematizar a paternidade na adolescência e de ampliar o debate para além da responsabilização individual das jovens, incorporando a dimensão relacional, social e de gênero que atravessa o fenômeno.

Cada mulher carrega consigo uma história singular, atravessada por desafios que muitas vezes não são visíveis à primeira vista, como a pressão familiar, o abandono escolar e as transformações na dinâmica social. Refletir sobre essas trajetórias é reconhecer que, por trás de cada escolha, existem contextos e vivências que influenciam diretamente seus caminhos, evidenciando a importância de olhar com sensibilidade e compreensão para essas realidades.

Isso fica claro nos dois primeiros relatos (P1 e P2) onde as participantes afirma que hoje estão casadas. Esse dado, pode ser interpretado como um marcador de recomposição moral e reconhecimento social no contexto do interior do Maranhão.

Em muitos cenários socioculturais, a gravidez na adolescência é associada a um *desvio* das normas, frequentemente nomeado como *passo errado*. Nesse sentido, o casamento tende a operar como um dispositivo simbólico de legitimação da maternidade e de readequação da jovem às expectativas sociais, atenuando estigmas e restaurando sua imagem perante a comunidade.

Contudo, essa leitura também revela a persistência de normas de gênero e moralidades tradicionais, nas quais a trajetória feminina é avaliada a partir da conformidade com papéis socialmente prescritos, como o de esposa e mãe, deslocando o foco das condições estruturais que atravessam a gravidez na adolescência para uma lógica de julgamento moral e reparação individual.

A roda de conversa, nesse sentido, se configura como um espaço essencial de escuta, acolhimento e partilha. Ao dividir experiências, as participantes não apenas se reconhecem umas nas outras, mas também fortalecem sua autonomia e capacidade

de decisão. Essa troca promove o empoderamento, incentivando reflexões críticas sobre suas próprias vidas e ampliando as possibilidades de construção de um futuro mais consciente, especialmente no que diz respeito à saúde reprodutiva e ao protagonismo feminino.

6 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a gravidez na adolescência não pode ser interpretada como um fenômeno isolado, individual ou meramente biológico, mas como uma experiência social, histórica e culturalmente mediada, atravessada por desigualdades de gênero, condições socioeconômicas e fragilidades nas redes de apoio institucional e afetivo. Evidenciou-se que os principais desafios enfrentados por adolescentes grávidas no ambiente escolar e familiar decorrem, sobretudo, da ausência de mediações educativas e acolhimento social, fatores que impactam diretamente sua trajetória educacional, emocional e subjetiva.

Os resultados deste estudo evidenciam que a gravidez na adolescência, nas experiências analisadas, está profundamente marcada por desafios de ordem emocional, social e familiar, os quais se manifestam de forma complexa e, por vezes, silenciosa. Os relatos das participantes revelam trajetórias atravessadas por sentimentos de vergonha, ausência ou fragilidade de apoio e reconfigurações nos vínculos familiares, indicando que esse fenômeno não pode ser compreendido de maneira isolada, mas sim como expressão de condições sociais mais amplas.

No âmbito escolar, constatou-se que a permanência dessas jovens depende não apenas de normas legais que garantam o direito à educação, mas principalmente de práticas pedagógicas inclusivas, sensíveis e comprometidas com a formação humana integral. Quando a escola falha em assumir esse papel mediador, reforça estigmas, contribui para a evasão e limita possibilidades futuras. Já no contexto familiar, o apoio afetivo e emocional mostrou-se elemento decisivo para que a adolescente consiga elaborar simbolicamente a experiência da maternidade e manter seus projetos de vida. A ausência desse suporte, ao contrário, tende a intensificar sentimento de culpa, vergonha e isolamento, comprometendo o desenvolvimento psíquico e social.

Um dos aspectos mais significativos identificados na análise refere-se à ausência da figura masculina nos relatos, seja do pai da criança ou do pai da adolescente. Essa invisibilidade aponta para a persistência de desigualdades de gênero que atribuem às jovens a centralidade e, muitas vezes, a exclusividade na responsabilização pela gestação e suas consequências. Esse dado reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a paternidade na adolescência, problematizando sua recorrente omissão tanto no âmbito familiar quanto nas discussões sociais e institucionais sobre o tema.

Além disso, observa-se que, apesar das adversidades enfrentadas, as participantes demonstram processos de ressignificação de suas experiências, convertendo vivências marcadas por dificuldades em aprendizados que orientam suas práticas atuais, especialmente no que se refere ao diálogo com seus filhos e à orientação de outras pessoas. Esse movimento evidencia tanto a potência subjetiva dessas mulheres quanto a insuficiência de políticas públicas que garantam suporte efetivo durante a adolescência.

Outro elemento central diz respeito à fragilidade da comunicação no ambiente familiar, marcada por tabus e bloqueios em torno da sexualidade, o que contribui para a circulação de informações inadequadas e para a exposição das adolescentes a situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, destaca-se a importância do fortalecimento de práticas educativas que promovam o diálogo aberto e qualificado, tanto no contexto familiar quanto no escolar.

Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social, garantindo não apenas o acesso à informação, mas também condições concretas de acolhimento, permanência escolar e suporte psicossocial às adolescentes. Tais ações devem, igualmente, incluir os sujeitos masculinos, de modo a superar a lógica de responsabilização exclusiva das jovens e promover uma abordagem mais equitativa e abrangente do fenômeno.

A partir da perspectiva histórico-cultural adotada, compreende-se que o desenvolvimento humano se constitui nas relações sociais e que, portanto, as dificuldades enfrentadas por adolescentes grávidas não são falhas individuais, mas expressões de condições sociais concretas. Nesse sentido, responsabilizar exclusivamente a jovem pela gestação significa ignorar os processos coletivos que estruturam sua realidade e reproduzir desigualdades já existentes.

Por fim, este estudo contribui para a compreensão crítica da gravidez na adolescência ao evidenciar suas múltiplas determinações e contradições, reforçando a importância de escutar as vozes das próprias adolescentes e mulheres que vivenciaram essa experiência, como condição fundamental para a construção de práticas e políticas mais sensíveis, inclusivas e socialmente comprometidas. Conclui-se, portanto, que enfrentar os desafios sociais relacionados à gravidez na adolescência exige ações articuladas entre escola, família, sociedade e políticas públicas, capazes de garantir proteção, permanência escolar, suporte emocional e oportunidades de desenvolvimento. Mais do que prevenir a gravidez, é necessário assegurar que nenhuma adolescente tenha seus direitos educacionais, sociais e humanos interrompidos por essa experiência, transformando o acolhimento e a mediação em princípios fundamentais das práticas educativas e sociais.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. A formação do professor de educação infantil no contexto das políticas educacionais: uma análise na perspectiva histórico-cultural. São Luís: EDUEMA, 2015.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 1977.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 13. ed. reformulada e ampliada, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRUNO, Zenilda Vieira; FEITOSA, Francisco Edson de Lucena; SILVEIRA, Karla Pinheiro; MORAIS, Ivany Queiroz de; BEZERRA, Maria de Fátima. Reincidência de gravidez em adolescentes. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 31, n. 10, p. 480-484, out. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br >. Acesso em: 27 jan. 2026.

DUARTE, Newton. **Individualidade para si:** contribuição a uma teoria histórico-cultural da formação do indivíduo. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

LANGILLE, D. B. Teenage pregnancy: trends, contributing factors and physician's role. **CMAJ,** v. 176, n. 11, p. 1601-1602, May 2007. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov >. Acesso em: 27 jan. 2026.

LAZARETTI, Lucinéia Maria. D. B. **Elkonin**: vida e obra de um autor da psicologia histórico-cultural. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LEONTIEV, Alexis N. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, Regina Célia. Por caminhos de terra e de tinta: trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX). 2021. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Retire

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALAVASI, L. **Adolescência e Educação**: desafios e possibilidades. Editora XYZ, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PEREIRA, R. **Dificuldades de aprendizagem em adolescentes grávidas**: um desafio. São Paulo: Saraiva, 2021.

SILVA, A. **Estigmas e desafios**: a gravidez na adolescência. Revista de Estudos Sociais, 2020.

SILVA, Graziela Vasconcelos da; ABRÃO, Jorge Luiz Ferreira. Experiências emocionais da gravidez na adolescência: entre expectativas e conflitos. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 40, n. 98, p. 63-72, 2020.

Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org >. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVA, Jorge dos Santos. **Avalia-se ou não na educação infantil?!:** conhecendo as práticas pedagógicas das educadoras do Jardim de Infância Abelhinha em Buriticupu-MA. 2025. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025.

Vigotski, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.